



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

**V PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO
- JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITUMBIARA**

CADERNO DE PROVAS - Prova de conhecimentos - Direito – 30/07/2021.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1) Analise as proposições e, ao final, responda:

I – É de competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse das fundações públicas federais.

II – É de competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados em detrimento de bens de concessionária de serviços públicos federais.

III - É de competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a fauna.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

2) Marque a alternativa correta:

a) A intimação é o ato pelo qual o réu toma ciência dos termos da acusação, sendo chamado a respondê-la e a comparecer aos atos do processo, a começar, via de regra, pela resposta preliminar à acusação.

b) A ciência da prática de um ato processual nos autos é dada à parte através de uma intimação. Intimação, assim, pressupõe fato processual já consumado e cuja ciência ao interessado é reclamada para o fito de serem produzidos validamente seus efeitos legais.

c) A citação pode se classificar em real (pessoal) ou ficta (presumida). No processo penal, a citação ficta ocorre através de oficial de justiça (por mandado, precatória, requisição, rogatória ou carta de ordem), enquanto a citação real pode ser tanto a editalícia quanto a por hora certa.

d) A notificação e a intimação são expressões sinônimas e têm em comum com a citação a característica de servir de comunicação processual.

3) Analise as proposições e, ao final, responda:

I – A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

II – A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

III – O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO

4) Assinale a alternativa incorreta.

Compete aos juízes federais processar e julgar:

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- c) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, independente da competência da Justiça Militar.
- d) a disputa sobre direitos indígenas.

5) O direito à saúde é um direito:

- a) social
- b) político
- c) civil
- d) coletivo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

6) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição:

- a) seja igual à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- b) seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- c) seja igual à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, mas não é assegurado o agrupamento de contribuições.
- d) seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, mas não é assegurado o agrupamento de contribuições.

7) O conceito de Seguridade Social foi instituído pela Constituição Federal de 1988 para assegurar direitos. A Carta Magna apresenta três grandes sistemas de proteção social, denominados tripé da Seguridade Social. Quais áreas estão compreendidas nesse sistema?

- a) Habitação, educação e moradia.
- b) Previdência, saúde e assistência social.
- c) Segurança, alimentação e lazer.
- d) Cultura, trabalho e assistência social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

8) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, dentre as quais, as causas:

- a) para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- b) de desapropriação, de divisão, demarcação, populares, executivos fiscais e por improbidade administrativa.
- c) que tenham por objeto impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- d) que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.

9) No que concerne aos Juizados Especiais Federais Cíveis:

- a) podem ser partes, como rés, as fundações e empresas públicas federais.
- b) nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.
- c) podem ser partes, como autoras, quaisquer pessoas jurídicas.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

d) não se inclui na sua competência as causas para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

10) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, destacando-se, no que concerne à tutela de urgência, que:

a) sendo o requerente hipossuficiente financeiro, o juiz pode, para a sua concessão, exigir caução idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

b) será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) se requerida em caráter incidental, exige pagamento prévio de custas.

d) não deve ser concedida, caso haja necessidade de designação de justificção prévia para constatação de seus requisitos.

11) O Juiz pode indeferir a inicial, EXCETO quando:

a) existir ilegitimidade da parte.

b) o pedido for determinado.

c) faltar interesse processual.

d) existirem pedidos incompatíveis entre si.

12) Com relação à sentença, é correto afirmar:

a) haverá resolução do mérito quando o juiz acolher a alegação da existência de convenção de arbitragem.

b) a decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

c) o juiz resolverá o mérito quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

d) na hipótese de abandono da causa, o advogado será intimado pessoalmente para suprir a falta no prazo de 10 (dez) dias.

EXECUÇÃO

13) Dívida Ativa da Fazenda Pública,

a) compreende apenas a tributária e abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

b) compreende a tributária e a não tributária e abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

c) compreende a tributária e a não tributária e abrange atualização monetária, juros e multa de mora, mas não abrange os outros encargos previstos em lei ou contrato.

d) compreende apenas a não tributária e abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

14) Segundo a Lei n. 6.830/1980, o prazo para o executado opor embargos à execução é de:

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 30 dias

15) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- b) No Termo de Inscrição de Dívida Ativa não é necessário conter o valor originário da dívida.
- c) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- d) Aplica-se subsidiariamente à execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias, as normas do Código de Processo Civil.

LÍNGUA PORTUGUESA

16) De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a frase que está escrita corretamente.

- a) Seguem anexas as cópias de todos os processos.
- b) Tratam-se de questões relativas ao alto índice de analfabetismo no país.
- c) Devem haver formas de combater pacificamente a violência.
- d) Eles mesmo fizeram o almoço para os pais.

17) Marque a alternativa em que há erro no emprego da vírgula.

- a) No Brasil, as vacinas também passam pela rígida aprovação da Anvisa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.
- b) Os mais capazes, são incumbidos de vigiar a observância das leis, constituindo o primeiro Estado.
- c) Os doentes esperam, angustiados, os resultados dos exames feitos hoje cedo.
- d) Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, é o coração do turismo brasileiro.

18) Assinale a alternativa em que o termo em negrito está grafado corretamente.

- a) Esta é a razão por que as leis são tão brandas.
- b) As leis são tão brandas porque?
- c) Porquê as leis são tão brandas?

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

d) Não sei porque as leis são tão brandas.

19) Sobre o trecho “A Juíza ressaltou que, em sociedade, todos tem a plena liberdade de agir até onde a lei permite, mas, no universo virtual, ainda não há normatização que estabeleça precisamente o limite e a responsabilização”, é correto afirmar que:

- a) contém erro no emprego de vírgulas.
- b) contém uma palavra que deveria receber acento agudo.
- c) contém uma palavra que deveria receber acento agudo e uma palavra que deveria receber acento circunflexo.
- d) está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

20) Leia o trecho: “O prefeito declarou não mais _____ criminosos perigosos na cidade, já que a maioria _____ pelos policiais”.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) haverem ... foi capturada
- b) haver ... foram capturados
- c) haverem ... foram capturados
- d) haver ... foi capturada

Discorra sobre a seguinte questão entre 15 e 30 linhas (rubrique o verso da folha).

TEXTO 1

A Constituição Federal de 1988 prevê medidas excepcionais que servem para manter ou restabelecer a ordem nos momentos de anormalidades constitucionais, instituindo, assim, o que a doutrina chama de “sistema constitucional de crises”, composto pelo Estado de Defesa e Estado de Sítio.

TEXTO 2

A COVID-19, doença gerada pelo novo Coronavírus (Sars-COV-2), acarretou a declaração de “emergência de saúde pública de interesse nacional”, pela Organização Mundial da Saúde, bem como o anúncio, no Brasil, primeiramente de situação de emergência de saúde pública e, após, em Estado de Calamidade Pública, sobretudo na seara financeira. Assim, o país brasileiro assentou sua inserção em seu Sistema Constitucional de Crises. Em virtude da enfermidade e com o escopo de minar seus efeitos – ou minorá-los ao máximo -, os gestores públicos evidenciaram limitação aos direitos fundamentais dos pátrios.

É legítima a limitação de direitos fundamentais em tempos de COVID-19?